



2870 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA COMO UM MARCO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Antonio Macedo dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

O texto aborda a temática do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova enquanto marco histórico na educação brasileira ressaltando três aspectos em particular. O primeiro deles reflete, em base a testemunhos escritos à época do lançamento do Manifesto, sobre seu caráter de divisor de águas. Esses testemunhos ou são de aceitação ou negação das ideias contidas no texto do Manifesto. Em seguida é apresentado o projeto dos Pioneiros de reconstrução nacional pela reforma na educação e, por fim, há uma explanação a respeito dos signatários do Manifesto, especialmente, sobre a ideia de um personagem coletivo. Quanto à metodologia, o texto há duas referências cardeais: o próprio Manifesto dos Pioneiros e um artigo L. N. Xavier a respeito da mesma temática.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA COMO UM MARCO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PALAVRAS-CHAVE: Marco-histórico. Manifesto. Divisor. Reforma. Educação.

INTRODUÇÃO

Desde seu lançamento em 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, ou mais simplesmente o *Manifesto*, não deixou de pôr provocações seus leitores. Leitores de hoje e então. Essas provocações brotam de suas propostas bastante avançadas para época, do choque frontal com os moldes tradicionais de educação daquela época, do qual seus signatários não se pouparam. Brotam também da proposta de cidadão – cidadão atuante na sociedade, patrão de si mesmo, não tutelado, formado e forjado numa escola pública responsável pela edificação da nação – contida naquelas páginas, que assim como em 1932, ainda hoje nos fascina, talvez pela sua ausência.

Não apenas pelo fascínio que o Manifesto exerceu e exerce em seus leitores, mas por ele ter posto às claras a ineficácia de um sistema educacional totalmente exclusivista e elitista no Brasil de então, um país que já exigia modernização e industrialização; também por apresentar uma proposta concreta de Educação que confrontava o leitor e o provocava a pensar o Brasil que era necessário para o futuro, o *Manifesto* foi e é tido como um marco histórico da educação nacional.

Dessa maneira, neste breve escrito não tenho a intenção de provar que o *Manifesto* seja um marco. Isso já é reconhecido no meio acadêmico. Trata-se de um artigo de revisão. O meu objetivo é tecer uma reflexão a respeito de alguns traços do *Manifesto* que o qualificam como marco histórico. Assim, dei ao texto uma divisão em três tópicos.

No primeiro deles, cujo título é: *Um divisor de águas*, aponto algumas das primeiras reações ao texto. Sejam as positivas sejam as negativas. Aproveito esse primeiro momento e apresento alguns aspectos do texto relativos à sua gênese. No segundo tópico, *Um projeto de reconstrução da nação e um projeto político pedagógico*, apresento o plano dos signatários de reconstruir a nação por meio da educação. Dentro desse tópico apresento alguns conceitos essenciais ao manifesto, como a noção de "homem", que ele engendra. Por fim, no terceiro tópico, *Obra de um personagem coletivo*, trato exatamente dessa peculiaridade do manifesto, ter dado origem a um personagem coletivo. Em prática, uma harmonização de ideias em torno de uma causa nobre e ingente: a educação nacional.

O leitor perceberá que o texto possui duas referências mais fortes: a do *Manifesto*, de tanto em tanto referenciado, e a da professora Libânia Nacif Xavier, que desenvolveu, num artigo em comemoração aos 70 anos do Manifesto, interessantes reflexões a respeito da nossa temática. Trago boa parte dessas reflexões e ajunto outras. Feitas essas iniciais ponderações passo ao primeiro tópico.

1. UM DIVISOR DE ÁGUAS

O *Manifesto* é um divisor de águas na história da educação de nosso país. Segundo Xavier (2002) é necessário entendê-lo como obra por meio da qual se buscou reafirmar a identidade de um grupo que o assinava, fundamentando-a em torno de atributos relacionados à competência técnica e aos sentidos de missão.

Esses sentidos podem ser compreendidos como um "choque" que os intelectuais brasileiros das décadas de 20 e 30 tiveram. A recente abolição da escravidão e a também recente proclamação da República exigiram dos intelectuais uma tomada de posição diante da miséria do povo e à organização do país. A dificuldade em se acomodar o real, frente às feridas geradas desde os tempos da escravidão somado ao sentimento de isolamento pelo fato de viverem num país de analfabetos fará com que os intelectuais daquelas referidas décadas se empenhem no engajamento de estruturar um campo cultural no Brasil, alimentando a ideia de reforma da sociedade por meio da reforma no ensino (XAVIER, 2002).

O *Manifesto* foi criado para se constituir num monumento de nossa história educacional. Ele funciona como uma estratégia, segundo Xavier (2002), de legitimação do grupo de educadores mais afinados ao projeto de modernização da sociedade brasileira. Ele surge carregado de um verdadeiro arsenal simbólico que atua no imaginário social, construindo uma memória educacional que tem nele mesmo o marco da renovação educacional no Brasil.

Essa característica de "divisor de águas" não foi resultado de um esforço em fazer esse predicado ser construído e implementado ao Manifesto. Muito pelo contrário. Foi confirmado pelos críticos contemporâneos ao seu lançamento. Tanto pelos que eram pró, quanto pelos que eram contra o seu conteúdo. Fernando de Azevedo, o redator do documento, o considerou "única via de salvação nacional" (XAVIER, 2002, p. 5). Para ele,

Se o impulso que [o Manifesto] imprimiu ao movimento de renovação educacional, pelo estudo de nossos problemas educacionais, não forem detidos ou entravados, (...) pela inércia conservadora, pode-se alimentar a esperança de uma nova era de grandes realizações no plano educacional no Brasil (AZEVEDO, 1958, p. 56)

Outra declaração de Azevedo vai na direção de erigir o Manifesto como monumento. Ele o apresenta como a alternativa mais eficaz, senão a única alternativa, para a promoção da sociedade brasileira. Como? Imprimindo nesta uma definida direção (XAVIER, 2002). Azevedo Amaral, num artigo de apoio ao Manifesto publicado pelo *O Jornal*, (RJ) em 27/03/1932, formulou essa "definida direção" como um movimento de retirada da nação de um hiato no qual se encontrava: "encurralada entre um regime destruído e um futuro obscuro e perturbador".

Da outra parte, a crítica católica, a opositora por excelência dos ideais do Manifesto, não acusava um hiato e o apontou como um "crime contra a nacionalidade" (XAVIER, 2002, p. 5). Mais precisamente, isto foi escrito pela pena de Alceu Amoroso Lima, também conhecido como Tristão de Athayde, num artigo da revista *a Ordem*, disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Afirma Tristão:

Se as ideias contidas nesse *infeliz* Manifesto lograrem um dia execução neste pobre Brasil, indefeso ao assalto das ideologias mais mortíferas, se for justificada a 'serena confiança na vitória definitiva de nossos ideais de educação' que esses sectários ostentam, ter-se-á perpetrado o mais monstruoso dos crimes contra a nacionalidade (TRISTÃO DE ATHAYDE, 1932, p. 320, itálicos meus).

Numa outra declaração, que condensa um misto de serenidade e nervosismo, Athayde afirma ter

uma impressão confortadora. Começamos (...) a sair do domínio da ambiguidade. Começam a delimitar-se os campos de ação. Passamos do terreno das finalidades implícitas ou inconscientes para o dos *objetivos francamente confessados* (ATHAYDE, 1932, p. 317, itálicos meus)

"Francamente confessados" indica quase uma situação belicosa: ou se estava com o *Manifesto* ou se estava contra ele. Mas de que maneira o leitor daquela época podia decidir por um ou outro lado? Xavier (2002) observa que agora costuma-se dizer que o texto do *Manifesto* tem uma diversidade de significados que permitem ou valorizar ou criticar as posições ideológicas de seus signatários. Essa diversidade de significados remete a uma relação estabelecida entre texto e leitura. O texto produz um sentido e a leitura imprime nele um significado a partir do grau de apropriação que se faz dele.

Dessa maneira, tanto a agressividade da crítica católica, que reverbera na pena de Tristão de Athayde, quanto o apoio entusiasmado que foi dirigido aos signatários do *Manifesto* traem antes de tudo o grau de apropriação das ideias ali contidas pelos leitores que, por sua vez, representavam as posições que eles ocupavam na sociedade brasileira daquele tempo [1] (XAVIER, 2002).

De certa maneira, como bem notou Xavier (2002) é como se tivéssemos tido uma delimitação entre o que se considera passado, presente e futuro dada pela publicação do *Manifesto*. Ao mesmo tempo que este reafirma a oposição à escola do passado, continua a autora, se propõe a orientar a ideias e iniciativas dispersas que, segundo a visão de Fernando de Azevedo, apontavam para uma nova direção.

Diga-se, pois, que foi uma época turbulenta, por alguns versos. O *Manifesto* tem a sua gênese num momento de redefinição do campo educacional como área política setorial do Estado nacional e também como um espaço no qual atuava uma fração da elite intelectual. Xavier (2002) ressalta que o primeiro aspecto do processo através do qual o campo educacional foi tomando um contorno novo está relacionado à reorganização do estado brasileiro após a revolução de 1930, quando se dá a definição de uma área específica de política pública setorial, com a criação do ministério da Educação e Saúde, em 1931, e de um conjunto de medidas governamentais, como a valorização pública dos Congressos da Associação Brasileira de Educação (ABE) e o incentivo às reformas educacionais implantadas pelo governo Vargas.

Um segundo aspecto que pode se arrolado corresponde às redefinições de posições adquiridas no interior da ABE em função do acirramento das disputas entre educadores filiados a diferentes concepções ideológicas e agrupados em dois blocos opostos: o bloco dos conservadores, no qual predominava os católicos, e o bloco dos renovadores que reunia educadores de perfil liberal (XAVIER, 2002).

A luta pela hegemonia no interior da ABE teve seu ponto culminante na IV Conferência Nacional de Educação [CNE], e seu resultado mais imediato foi exatamente a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Este Manifesto expressa, nas palavras de Xavier "um momento significativo do processo de especialização e autonomização do campo educacional" (XAVIER, 2002, p. 7).

Num discurso proferido na seção inaugural da dita conferência, o ministro Francisco Campos reafirmou a primazia da Educação vista como *problema capital da verdadeira democracia* e fator de progresso. Mais incisivo ainda foi o presidente Getúlio Vargas, que solicitou conferencistas que colaborassem com o governo provisório na definição da política educacional, buscando por todos os meios a *fórmula mais eficaz* para a unidade da *educação nacional* sob a promessa de obterem todo o amparo da administração pública (XAVIER, 2002).

Interessante uma nota de Xavier (2002) mostrando o relato que Nóbrega da Cunha faz a respeito de sua atuação na IV Conferência de

Educação. Ele revelou a sua habilidade em se aproveitar das incongruências dos discursos dos dois líderes políticos, Getúlio Vargas e Francisco Campos, a fim de consolidar o argumento de que seja impossível definir as linhas fundamentais da política nacional do Governo em uma Conferência que reunia educadores de todo o país com o objetivo de trocar experiências e discutir teses sobre as grandes diretrizes da *educação popular*, sobretudo porque havia uma compreensão restrita desse tema, ou seja, popular era só a educação primária.

As incongruências que Nóbrega da Cunha detectava nos discursos do presidente e de seu ministro são sintetizadas por Saviani (2007). Nóbrega da Cunha se contrapunha ao discurso de Campos. Afirma ele que Campos

pergunta: 'Que queremos fazer do homem, educando-o?' Inverto os termos da questão. Todos os que estão aqui estudando, esforçando -se no problema da educação nova, assentam que não pode fazer do homem isto ou aquilo: reclamamos para o homem que ele tenha o ambiente, as condições para se fazer aquilo que ele é, aquilo que ele pode ser, para se revelar (CUNHA *apud* SAVIANI, 2007, p. 231)

Nóbrega da Cunha, continua Saviani (2007), entendia haver uma contradição na fala de Campos⁴², pois este declarava que a educação não deve ser dogmática ou sectária, mas na própria pergunta posta em seu discurso, está embutida uma visão dogmática. "O que queremos fazer do homem?" deve ser entendido da seguinte maneira: "que modelo queremos dar ao homem ou que forma queremos impô-lo"? Noutros termos: "como queremos deformá-lo"?

Quanto a Vargas a incongruência estava no que ele pedia à IV Conferência. Seria impossível atender o pedido do presidente de definir as bases da política educacional e apresentar a forma mais feliz de colaboração entre o Governo Federal e os Estados. Isso porque essa questão não estava pautada no evento, o que ocasionou a não preparação dos participantes para debater o tema querido por Vargas. A pauta registrava como tema nuclear "As grandes diretrizes da educação popular no Brasil".

A atuação Nóbrega da Cunha, segundo Xavier (2002) funcionou como uma estratégia que visava garantir ao grupo de educadores afinados com a *renovação educacional* o monopólio da interlocução com o governo, deslocando para aquele grupo em separado, a incumbência de dar resposta à solicitação que havia sido dirigida a todos os educadores reunidos na IV Conferência.

Utilizando-se de um requerimento encaminhado à mesa e à Assembleia da IV CNE, Nóbrega da Cunha conseguiu obter de seu presidente, Fernando Magalhães, a incumbência de redigir um Manifesto que servisse de base para o governo e de tema para um congresso técnico. Nóbrega agiu com muita estratégia, pois usava a ABE para ter o suporte técnico que precisava para fazer o lançamento do *Manifesto*. Daí ele ter podido efetuar o lançamento do Manifesto em dois meses e não dali a 2 anos, como fora preteritamente ajustado. Nesse meio tempo, todavia, ele transferiu a incumbência para Fernando de Azevedo (XAVIER, 2002).

Saviani (2007) cita passagens de uma missiva entre Nóbrega da Cunha e Fernando de Azevedo, nas quais este registra a aceitação da incumbência e reflete que o documento servirá para estabelecer uma coesão ainda maior entre os adeptos da nova corrente educacional, e para dar novo prestígio e impulso renovado ao mais belo e fecundo movimento de ideias, que já se operou no Brasil, nos domínios da Educação. O documento, continua o Azevedo, refletirá o pensamento de todos os engajados na causa, mesmo que redigido pela mão de um só. Deverá honrar cada um que assumiu a responsabilidade do novo movimento e que por ele lutou sem pausa e sem desfalecimentos.

O *Manifesto* funciona, portanto, como bandeira de um grupo, o que veremos mais à frente. Este grupo imprimiu no texto uma força simbólica que apontava não apenas para um projeto político-pedagógico, mas um projeto de nação.

2. UM PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Como todo Manifesto, o da Educação Nova havia um objetivo intrínseco de gerar uma repercussão. Causar impacto. Ao lançar as ideias novas e clarear posições políticas o *Manifesto* estimulou o debate educacional fundamentando certas correntes de opinião e procurando neutralizar outras. Nesse sentido, segundo Xavier (2002), o *Manifesto* teria introduzido um novo temário ao debate educacional a partir da defesa da escola pública, obrigatória, gratuita, leiga e de coeducação (MANIFESTO, p. 193).

A sua proposta, ainda segundo a autora, era a *dareconstrução nacional* e seu objetivo a construção de uma escola democrática que fundamentasse como centro irradiador de uma nova forma de organizar a sociedade. Delimitando um campo específico de atuação – a escola pública – reivindicado pelo grupo que então se lançava, o Manifesto procura legitimar nomes e propostas. Aos apresentar um grupo solidário com um projeto de mudança, o *Manifesto* procurava ao mesmo tempo valorizar as credenciais daquele grupo (XAVIER, 2002).

Negativa ou positiva, como já acenamos anteriormente, a verdade é que o *Manifesto* gozou de ampla repercussão na imprensa nacional. Para ilustrar essa repercussão, podemos relacionar o já referido artigo em apoio ao Manifesto escrito pelo médico, jornalista, político e escritor Azevedo Amaral, no *Journal* (RJ, 27/03/1932). A única restrição que ele fazia ao *Manifesto* era a de ele ser em demasia *transigente* para com o espírito tradicionalista e os preconceitos do ambiente, ou seja, ter cedido muito ao tradicionalismo. Essa concessão ao tradicionalismo o jornalista identifica no ponto em que o documento afirma que o estado não prescindirá da família na tarefa educativa (MANIFESTO, p. 193). No entendimento de Amaral a família era uma instituição em crise àquela época. É possível que essa passagem do *Manifesto* esteja ali exatamente para não ferir o público que dificilmente aceitaria a exclusão dela.

Outra manifestação na imprensa foi a de Cecília Meirelles que valorizava o documento, segundo Xavier (2002) em função dos nomes que o firmavam. A escritora os entendia e apresentava como uma *garantia de trabalho, de invulnerabilidade, lucidez e de fé. Os mais preparados para a ação heroica de que dependia a formação brasileira*.

Essa formação, por sua vez, é entendida nos termos de uma Educação científica do Espírito, capaz de habilitar o homem a se compreender em meio ao tumulto social que sucedia o tumulto material, segundo Xavier (2002). Ainda conforme esta autora, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo partilhavam uma mesma pretensão: a de criar condições de tornar os homens e cada homem capazes de se conduzirem racionalmente adaptando-se à nova situação.

No Manifesto o homem é visto como criador e não como criação. A verdade, afirma Xavier (2002, p. 16)

é alcançada pelo método científico e não mais pela fé e a salvação da humanidade já não dependia mais de Deus, e sim da capacidade de cada homem em adaptar-se às novas descobertas tecnológicas. Segundo o Manifesto, era necessário que esse homem adquirisse um novo parâmetro de interpretação da realidade, o parâmetro racional de compreensão de sua vida individual e da sociedade como um todo. Algo como perceber e aceitar que o movimento da natureza e das sociedades humanas já não eram mais determinados pelo sobrenatural e sim pelo ritmo frenético das transformações geradas pelo progresso científico e tecnológico.

Esta citação indica uma coerência do Manifesto com o ambiente crítico da época. A pintura de Tarsila do Amaral, *o Abaporu*, o homem (aba) que come(ru) gente (pora), já mostra esse homem de pouca cabeça e muita força. Um homem que não sabe exatamente o que fazer com as energias que tem e que é mantido nessa situação por alguns tutores, como diria Kant.

Para libertar a pessoa dessa turtoria, a educação, segundo o *Manifesto*, tem papel fundamental. Este papel é o de modelar os jovens espíritos em função dos ideais determinados por uma concepção racional da sociedade. Esse ideal, segundo Xavier (2002), se instaura na *democracia* fundamentada numa *hierarquia das capacidades*. A seleção dos melhores não seria feita em base à classe social na qual o jovem estaria, mas com critérios científicos, ou seja, com base na capacidade biológica de cada um assimilar a diversidade, as inovações e as descobertas que caracterizavam o seu tempo. Daí a educação ser encarada, continua Xavier, como um instrumento e a ciência funcionar como um elo unificador. Resulta da Ciência e da Educação o perfil do educador, a estrutura institucional da escola, a identidade nacional.

Essa noção de uma identidade nacional nos remete a outra característica do *Manifesto*: a de ser um plano de reconstrução nacional. De acordo com Xavier (2002), no documento a ideia de progresso envolve a noção de mudança, de evolução do movimento social provocada por sucessivas e inevitáveis transformações econômicas, políticas e culturais. Essas transformações poderiam ter efeito negativo ou positivo em função de uma capacidade dos homens em canalizá-las no sentido da melhoria constante e ininterrupta das condições de vida, direcionando-as rumo ao progresso. Por essa via, chega-se à conclusão de que, no caso brasileiro, o progresso fica condicionado à aplicação prática do programa de reforma educacional proposto no *Manifesto*.

Contrapondo-se ao *individualismo libertário* – o que pode ser entendido genericamente como uma sorta de antecedência ao indivíduo em relação à sociedade, quase prescindindo dela por completo –, o documento valoriza o papel da escola nova na constituição da sociedade moderna (MANIFESTO, p. 191). Fundamentando-se na vinculação da escola com o meio social, a Educação nova surge orientada para uma ética das relações sociais caracterizadas por valores como autonomia, respeito à diversidade, igualdade e liberdade, solidariedade e cooperação social (XAVIER, 2002).

Nessa escola o indivíduo solidário, ativo e integrado ao meio social diferencia-se do homem egoísta burguês para identificar-se com o cidadão, aquele que há seus direitos assegurados pelo estado e suas instituições principais. Este cidadão é forjado na escola e nela habilitado a interferir e colaborar no desenvolvimento social (MANIFESTO, p. 191).

A escola nova, segundo Xavier (2002), apresenta-se ainda como uma instituição capaz de reforçar as influências da moderna socialização e, ao mesmo tempo, proporcionar, no seu aspecto intelectual, um alargamento de horizontes mentais. De modo que o processo educativo estaria atuando não apenas sobre a personalidade individual, mas também para a ordem social.

Mas para que seja possível à escola cumprir tal papel, o *Manifesto* proclama a necessidade de que a Educação seja reconhecida como função pública e, portanto, como uma responsabilidade do Estado. Considerando o Estado como elemento primordial para a efetivação de seu projeto, o *Manifesto* atribui a esta instância superior a capacidade de viabilizar, através da ação dos grupos de comprovada competência técnica a transformação da educação numa função social e eminentemente pública (MANIFESTO, p. 192). Para melhor ilustrar essas intuições apresento um detalhamento do texto do *Manifesto* elaborado por Saviani.

Saviani (2007) individua algumas características que lhe dão uma certa coerência. Primeiramente o texto caracteriza a situação na qual nasce o movimento de renovação da educação esclarecendo as diferenças entre reformas singulares, já em andamento aqui e ali, e uma reforma nos termos que o Manifesto proporá: uma reconstrução educacional no Brasil. Passa-se, pois, à explicitação dos fundamentos, diretrizes e princípios do plano de reconstrução nacional indo do mais geral ao mais específico aspecto. O início se dá na identificação dos fundamentos filosóficos e sociais, definindo-se as a finalidades da educação e os valores que as orientam e que nelas se encarnam. Em seguida aparecem as bases políticas e administrativas, fixando-se os princípios que devem reger a relação entre Estado e Educação e que determinam as características próprias da função educativa. Cuida-se, em seguida, do exercício da função educacional que se materializa no processo educativo, cujas bases bio-psicológicas são explicitadas por meio do conceito e dos fundamentos da Educação Nova. Por fim, assentadas as bases, é apresentado o plano de reconstrução educacional: suas linhas gerais, a organização do sistema com a escolas materiais, jardins de infância, escola primária, escola média (o ponto nevrálgico da questão), universidade (o problema dos mais aptos), a questão dos professores, culminando, continua Saviani, com o papel e a função social da escola na vida.

Segundo o autor, dois aspectos marcam estruturalmente o texto: trata-se de um documento doutrinário e também político-educacional. Enquanto doutrinário, o texto está filiado à Escola Nova, seja por inserir-se num movimento de renovação que se propõe a tarefa de reconstrução educacional, seja porque opõe-se à escola tradicional. Não é um texto homogêneo, exatamente por ser um Manifesto e, portanto, buscar conquistar a opinião pública, o que por sua vez obriga concessões (SAVIANI, 2007).

Enquanto documento de política educacional a ênfase está, segundo Saviani (2007) na defesa da escola pública. Nesse sentido, o texto emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública abarcando desde a escola infantil até a formação de grandes intelectuais pelo ensino universitário. Isso parece ser uma particularidade brasileira, pois na Europa as iniciativas que integram a Escola Nova se deram quase sempre no âmbito da escola privada e ficaram à margem do sistema público (SAVIANI 2007). Foi nesse quadro geral que os intelectuais que assinaram o *Manifesto* deram origem a um personagem coletivo.

3. OBRA DE UM PERSONAGEM COLETIVO

As propostas do *Manifesto* gozam de autoridade, tanto que operou uma divisão na história da educação no Brasil. Todavia, por mais que tenha sido esse divisor de águas, havia uma ambiguidade no Manifesto.

A geração dos pioneiros foi típica de um período de transição política, teórica e institucional. Por isso a atuação deles foi ambígua em alguns momentos. Ela expressou dubiedades, no dizer de Xavier (2002), de um grupo de intelectuais formado por generalistas que se tornaram especialistas; por funcionários públicos que mesmo ocupando postos no aparelho estatal procuraram contribuir para a autonomização do campo científico em relação à política do estado.

Algo de particular há na formação deles: foram amadurecidos, como nota Xavier (2002) sob a pressão dos acontecimentos internacionais como a I Guerra e a Revolução Russa, essa geração foi levada a submeter homens, ideias e fatos a processo de revisão, conjugando reflexão e ação e, dessa forma, impulsionando uma tomada de posição em prol da busca de soluções para os problemas do país. Foi nesse ambiente e nessa postura que 26 intelectuais assinaram o Manifesto. Ei-los: Fernando de Azevedo, Júlio Afrânio Peixoto, Antonio de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, Manoel Bergstrom Lourenço Filho, Edgar Roquette-Pinto, José Getúlio da Frota Pessoa, Júlio Cesar Ferreira Mesquita Filho, Raul Carlos Briquet, Mário Casassanta, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, José Paranhos Fontenelle, Carlos Roldão Lopes de Barros, Noemy Marques da Silveira Rudolfer, Hermes Lira, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Benevides de Carvalho Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Sezefredo Garcia de Rezende, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Rodrigues Gomes.

Estes 26 signatários deram origem a um *personagem coletivo*. Foram chamados de *Os pioneiros da Educação Nova* Mas eles não constituíam um grupo homogêneo e a adesão ao Manifesto registra um *momento de compromisso* no qual intelectuais de diferentes posições ideológicas selaram uma aliança em torno de alguns problemas gerais que confluíam para a modernização da educação e da sociedade (XAVIER, 2002).

Todo o embate que se travou ao interno da ABE, especialmente com o grupo Católico, envolvia, de acordo com Xavier (2002), os signatários do *Manifesto* na luta por posições no aparelho estatal, pelo controle da educação escolar e por posições na memória e no imaginário coletivo. Tratava-se, ainda de acordo com a autora (2002), de uma luta aguerrida para ampliar e consolidar as conquistas do grupo. Essa luta podia ser no âmbito das relações práticas, como as reformas coordenadas por Fernando de Azevedo [3]. Podia ser também no âmbito de uma construção de ideias, no intuito de obter o apoio e a legitimidade indispensáveis ao coroamento de seus esforços e à realização de seus objetivos. O Manifesto era representado como a bandeira de um grupo que, segundo Fernando de Azevedo, era o único capaz de coordenar as forças históricas e sociais do povo, seja pelos esforços já realizados, seja pela consciência de sua missão social.

Isto forçou a procurar uma consolidação, por meio do Manifesto, da imagem de um grupo coeso, unido sob um código comum, inscrito na perspectiva escolanovista e informado por um mesmo ideal da construção de uma nação democrática. O esforço em construir essa coesão árduo. Xavier (2002) ressalta que Monteiro Lobato se recusava a assinar o texto por não estar convencido de que ele não resultaria depois num pseudovarguadismo. De outra parte, Armanda Álvaro e Edgar Sussekind de Mendonça, não obstante algumas restrições ao papel centralizador que o Manifesto imprimia ao estado, assinaram o documento, talvez porque eram concordes com a causa genérica da renovação educacional. Aderir ao Manifesto ainda podia significar a possibilidade de ser visto como membro de um grupo de reconhecida competência nos assuntos da administração da instrução pública, e de forma mais ampla, no campo intelectual (XAVIER, 2002).

O campo de identificação no qual os pioneiros se movimentavam não era dado apenas pelo projeto educacional que o Manifesto apresentava de forma sintetizada ou das concepções teóricas ali reafirmadas. Podemos perceber a configuração desse campo de identificação também na atuação concreta dos signatários, ou seja, de sua atuação profissional e de seus esforços em prol da organização do campo educacional, de sua interferência direta na administração da instrução pública através das reformas educacionais por eles implementadas (XAVIER, 2002, p. 10). Vários deles, como Sampaio Dória, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, deste último a reforma já mencionamos, implementaram, em alguns estados do Sudeste e do Nordeste, reformas que fazem parte da memória educacional brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras linhas deste texto afirmei que o meu objetivo era o de tecer algumas reflexões a respeito do *Manifesto* que nos ajudam a entender a sua qualidade de marco histórico na educação nacional. De início, propus a reflexão a respeito da divisão que o texto provocou no ambiente cultural brasileiro. Houve um embate, especialmente entre os Pioneiros e os Católicos, ambos interessados, cada qual com suas visões de mundo e de ser humano, em ter o domínio na estruturação da educação nacional.

Em seguida, a leitura versou sobre o projeto de nação do Manifesto. Uma nação pautada na formação escolar do homem-cidadão. Uma escola pública, gratuita, laica e de coeducação apta a fazer com que os homens e cada homem pudesse se orientar em meio ao tumulto social e material pelo qual a vida ia passando.

Por fim, conhecemos mais a respeito dos homens e mulheres que compunham o grupo que assinou o *Manifesto*. Ele ficou conhecido como "um". É um *personagem coletivo*. Quando esse personagem iniciou o texto do *Manifesto*, justificou com precisão o motivo que o levava a se manifestar: "Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação" (MANIFESTO, p. 188). Essa mesma afirmação ainda hoje repercute na pena dos educadores brasileiros que enfrentam novos problemas, como o da comercialização da educação (neoliberalismo) e o do desfazer-se da educação por parte do Estado: na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação...

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, T. **Crônica de Transcrições: absolutismo pedagógico**. In *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 8, (1) abril de 1932, p. 317-320. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20193&pesq=Trist%C3%A3o>, acesso: 22. 01.2018.

AZEVEDO, F. **A educação entre dois mundos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, F. ET ALII, **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. In *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584, http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf, acesso em 20.01.2018.

CARVALHO, M. M. C., **Reformas da instrução pública**. In LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. V., **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 225-221.

FERRÈIRE, A. **L'Éducation nouvelle au Brésil**. In *Pour L'Ére Nouvelle: Revue Internationale d'Éducation Nouvelle*, n. 67 (10) Avril-Mai 1931. Disponível em <http://www.unicaen.fr/recherche/mrsh/pen?num=67>, acesso: 25.01.2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

XAVIER, L. N. O **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na História da Educação Brasileira**. Disponível em: http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/Libania_Manifesto.pdf, acesso: 27.01.2018.

[1] Saviani (2007) apresenta cada signatário e sua função social à época do lançamento do Manifesto.

[2] Francisco Campos é uma figura emblemática. Saviani (2007) observa que ele foi um escolanovista que decretou a volta do ensino religioso nas escolas. Com suas medidas na qualidade de Ministro da Educação e Saúde Pública em 1931 ele apontou a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, como objeto de regulação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central.

[3] Sobre a reforma particular de Fernando de Azevedo, Marta M. Chagas de Carvalho fez uma menção sintética e grave num artigo publicado na coletânea *500 anos de educação no Brasil*. A autora ainda menciona neste texto um artigo de uma revista de educação francesa, intitulada *Pour l'Ére Nouvelle* [Por uma nova era], de abril de 1931 (CARVALHO, 2000). Todos os números dessa revista estão disponíveis na internet. O número que saiu entre abril e maio de 1931 reserva três artigos para as Reformas empreendidas no Brasil. Num deles, *A educação nova no Brasil*, A. Ferrère afirma que o Brasil, atrasado em matéria de pedagogia, iria rivalizar, se a Reforma de Azevedo fosse apoiada, com o Chile e o México na América e com a Áustria na Europa e na Ásia com a Turquia. Ferrère começa o artigo afirmando sentir-se surpreso que uma das formas mais completas de Educação Nova tenha se desenvolvido justamente no Brasil.